

Joaquim Murtinho: criadores e criatura

Fernando Antonio Fariaⁱ
fernando_lahsoe@hotmail.com

Murtinho é um daqueles personagens do pensamento social brasileiro que habita o “limbo” da nossa historiografia. Assim é a imagem transmitida de uma personalidade que, em sua época, teve um peso social significativo e não encontrou correspondência nos textos históricos. A vertente liberal do pensamento historiográfico brasileiro buscou guindá-lo à condição de mito da República brasileira. Esta construção teve como ápice a semana das comemorações do centenário de seu nascimento, em 1948.

Os criadores

Selecionamos para análise, a ser apresentada na presente comunicação, as obras de Virgílio Corrêa Filho - *Joaquim Murtinho* (1948) e de Nícia Villela Luz – “Joaquim Murtinho e o darwinismo econômico” (1980), por serem o resultado de mais uma tentativa de reconstituição do projeto liberal. A imprecisão dos dados presente nessas obras é característica reveladora de uma certa tendência historiográfica épica, a qual investe na história dos “grandes homens” como vidas a serem tomadas como exemplo.

Começaremos pelo livro de seu conterrâneo, autor de várias obras sobre a história de Mato Grosso e sócio efetivo do IHGB.ⁱⁱ Trata-se de um ensaio biográfico editado em 1951 pelo Departamento de Imprensa Nacional. Frustrou-se o plano do autor de fazer coincidir sua publicação com as comemorações da passagem do centenário de nascimento do homenageado. A biografia intitulada *Joaquim Murtinho*, foi concluída no Rio de Janeiro em julho de 1948.

O estilo de redação de Corrêa Filho é confuso, pouco objetivo, cheio de preciosismos, resvalando para o gongorismo, como se pode vislumbrar da passagem em que justifica a escassez de fontes sobre as circunstâncias em que se deu o ingresso de Murtinho no corpo docente da Escola Politécnica. “*As glórias do magistério, quando estremes de quaisquer influências ampliativas, não costumam perdurar além da última geração de estudantes, que as enalteceu. Permanecem apenas espaçados ecos do sábio Professor, que se vão gradativamente esvaecendo, até se abafarem por completo.*” (Corrêa Filho, p. 34). As dificuldades na leitura, decorrentes da falta de fluência da redação, foram agravadas pela omissão de várias fontes utilizadas, o que dá a impressão,

algumas vezes, de estarmos diante de uma charada. Para efeito de análise, dividimos o livro em tópicos, já que a publicação não apresenta um sumário das matérias tratadas.

Os dez primeiros tópicos do livro foram dedicados a episódios da vida familiar, desde a chegada de seu pai à Cuiabá, proveniente do interior da província da Bahia, até sua consolidação como chefe de um grupo político. (Corrêa Filho, p. 7-28). Convém lembrar que o biografado aparece em primeiro plano a partir do décimo primeiro tópico, sugestivamente intitulado “o predestinado” (Corrêa Filho, p. 28-32). Nos tópicos seguintes, Corrêa Filho discorre sobre a atuação clínica de Joaquim Murтинho, enfatizando suas “curas milagrosas”, dentre elas a do Marechal Mallet, sem estabelecer as relações existentes no passado entre os dois. Referimo-nos à passagem de ambos pela Escola Politécnica e ao momento em que atuaram como ministros de Estado na interinidade do governo do presidente Manoel Victorino.

Várias cenas da vida pública do “predestinado”, de conhecimento geral dos seus contemporâneos, foram tratadas artificialmente, isto é, passaram por um processo de edulcoração com o objetivo claro de justificar a busca do lucro a qualquer preço, como fica patente na seguinte passagem: “*Não se aventuraria simplesmente, por atração ao ganho, em transações bolsistas, de que auferisse lucros aumentativos dos seus cabedais. Mas cuidaria de drenar boa parte dos recursos disponíveis de momento, gerados pela inflação, em benefício de sua terra natal.*” (p. 49) Ao confrontarmos este décimo sétimo tópico com o livro *À Sombra dos Hervaes Mattogrossenses*, também de autoria de Corrêa Filho, fia evidente a manipulação da imagem de Murтинho.

Neste último livro, Corrêa Filho estuda a Companhia Matte Larangeira, detentora do monopólio de extração da erva-mate nas terras devolutas de Mato Grosso, tanto no Império, quanto na República. Trabalho pioneiro sobre o tema, permanece atual, mesmo decorridas quase oito décadas de sua publicação.ⁱⁱⁱ Observa-se que houve utilização correta das fontes, algumas inéditas, o que permitiu um tratamento mais seguro de questões relevantes para a compreensão da formação do complexo mate-ervateiro, como a das relações estabelecidas pelo grupo de Murтинho com as instâncias políticas regional e nacional.

Em *Joaquim Murтинho* temos, enfim, a construção do mito do estadista “salvador da pátria”, do “mago das finanças públicas”, da providencial “individualidade superior”. O Ministro da Fazenda de Campos Salles é apresentado como o homem de Estado que

se sacrificou ao assumir conscientemente o papel de paladino da “liberdade” e das idéias e práticas liberais ortodoxas. O “mérito” dessa biografia está em espelhar com fidelidade as distorções e os “esquecimentos”. Ela é a síntese das tendências manifestas no conjunto da produção biográfica sobre o médico mato-grossense.

A professora paulista Nícia Villela Luz é a autora do ensaio “Joaquim Murtinho e o Darwinismo Econômico”^{iv}, que introduz a publicação de textos de Murtinho. Dos textos selecionados, que sucedem o ensaio, em número de vinte e dois, somente o primeiro, o relatório das atividades na docência da cadeira de Biologia Industrial da Escola Politécnica, é anterior à República, os demais são relatórios de ministro de Estado (um do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e três do Ministério da Fazenda), seis discursos, duas comunicações e dois pareceres da Comissão Técnica do Senado Federal, um discurso de lançamento das candidaturas de Affonso Penna e Nilo Peçanha à Presidência da República, quatro artigos de jornal sem local e data da primeira publicação, reproduzidos do livro *Questão Murtinho-Casimiro*^v e duas cartas dirigidas a Tobias Monteiro e a Rui Barbosa. O anexo é a reprodução do livro *O Último Relatório da Fazenda – 1902*, do professor Luís Rafael Vieira Souto, catedrático de Economia Política da Escola Politécnica, coleção de artigos publicados no *Correio da Manhã*, criticando a política econômica de Murtinho na pasta da Fazenda.

Nícia Villela Luz apóia-se para a elaboração de seu ensaio em *À Sombra dos Hervaes Mattogrossenses*, numa tentativa de resgatar o processo de formação do império econômico dos Murtinhos, reproduzindo o equívoco de Corrêa Filho. Ambos, por diferentes caminhos, tentaram justificar os atos do biografado. Eis um exemplo: “*Eleito senador pelo seu estado em 1890, não escapou ao clima de euforia proporcionado pelo Encilhamento. Não que se deixasse seduzir pelas transações da bolsa. Procurou investimentos aparentemente mais sólidos, aproveitando-se das circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento das empresas e encorajadas pela política do Governo Provisório.*” (Luz, p. 25).

No conjunto do texto o que predomina é uma linguagem evasiva, por vezes épica. O ensaio não se exime da tendência historiográfica liberal, que pretende atribuir à Murtinho, uma permanente disponibilidade para atuar como um títere do capitalismo, dando-lhe o papel de um deus *ex-machina*, como consta deste trecho: “A Joaquim Murtinho fora reservado um papel de realce na cena em que se procurava equacionar a

política monetária do País e refrear os impulsos econômicos que a proclamação da República favorecera.” (Luz, p. 32).

Na publicação mesclam-se “darwinismo econômico”, eixo perseguido por Nícia Villela Luz, “idéias econômicas”, título da obra e “Ação e Pensamento da República”, título da coleção. Nada mais impróprio, na medida em que as três temáticas não são vistas de forma integrada. A explicação da origem da influência de Darwin em Murtinho é atribuída à “versatilidade e ao seu poder de ação”, pois tanto um quanto o outro eram engenheiros, naturalistas, médicos, políticos, empreendedores e argutos homens de negócios.” (Luz, p. 28). Estamos diante de uma contradição: justifica-se seu “darwinismo” por ser ele engenheiro, médico e empresário, enquanto se valoriza sobretudo o Joaquim Murtinho estadista, financista e economista. A raiz disso está no estreito recorte “republicano” adotado na elaboração do ensaio.

Na segunda referência a seus vínculos com o darwinismo, tal como na primeira, não houve preocupação de explicitar os caminhos que o levaram a essa opção, à qual não foi questionada e sim assumida como uma “variável exógena”, para empregarmos uma expressão tão cara aos economistas. Assim: “A adesão de Murtinho à teoria da seleção natural de Darwin e à sua tese a respeito da ‘sobrevivência dos mais aptos’ é o ponto de partida para se entender as idéias econômicas de nosso futuro ministro da Fazenda e executor do *funding-loan* de 1898.” (Luz, p. 32). Quando, mais à frente, Nícia Villela Luz examina as idéias do médico de Santa Teresa, destaca “a seleção natural aplicada à esfera econômica”, como o princípio fundamental de seu “radical” liberalismo econômico e argumenta que, por não ser ele um teórico, suas idéias não estão sistematizadas, encontrando-se diluídas, principalmente nos Relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1897 e do Ministério da Fazenda de 1899. O “darwinismo econômico”, como principal fonte teórico-filosófica de seu pensamento, ainda aqui, permanece como uma questão não resolvida.

Anteriormente, algumas referências genéricas haviam sido feitas a respeito da circulação das idéias de Herbert Spencer, que atraíram o estudante em detrimento da influência preponderante de Augusto Comte na Escola Central. A autora busca, então, associar a opção de Joaquim Murtinho pelo evolucionismo ao fato de Herbert Spencer ter encontrado grande número de adeptos entre os engenheiros. Além disso, argumenta, o pensador inglês, tal como o biografado, era engenheiro e médico, concluindo que a

formação médica teria propiciado a ambos aderir às idéias do autor d'A *Origem das Espécies*. Acreditamos que a perda da capacidade explicativa do papel desempenhado por Charles Darwin e Herbert Spencer nas *Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho* deve-se à visão economicista impregnada na concepção do ensaio, que desvaloriza a contribuição dos dois pensadores, como também de outros não considerados “economistas”.

O último termo de nossa trindade –“Ação e Pensamento na República”- faz-nos crer que o recorte do objeto partiu do pressuposto de que o advento da República fora fruto de uma ruptura profunda das estruturas básicas dominantes na sociedade brasileira, pois tudo se passa como aquilo que fosse anterior a 1899 devesse ser posto no “limbo”. Cumpre lembrar que a ruptura não atingiu as relações sociais fundamentais e que estas coexistiram na transição republicana com processos de continuidade do substrato da ordem monárquica.

A criatura

Já que falamos dos “criadores” e da face revelada e difundida por eles, passaremos, agora, a tratar da “criatura”. Os registros existentes sobre a formação intelectual de Murtinho são falhos e freqüentemente contraditórios. A maior incidência de lacunas e imprecisões localiza-se no período que antecedeu seu ingresso no curso superior. Poucos indícios restam, no presente, do universo cultural de Cuiabá, local onde nasceu, em 7 de dezembro de 1848, o médico de Santa Teresa e no qual viveu os treze primeiros anos de vida. Naquela época, a capital de Mato Grosso não chegava a abrigar vinte por cento da população da extensa província, estimada em pouco mais de cinqüenta mil habitantes no limiar da segunda metade do século XIX.

Esse aglomerado urbano estava por terra cerca de mil e setecentas léguas da Corte do Império, consumindo mais de três meses de viagem. De navio, esta mesma ligação se fazia em um mês, atravessando três países vizinhos e parte do litoral brasileiro. A instalação do telégrafo, bem como de uma incipiente rede de escolas públicas, somente ocorreria no regime republicano. A distância a ser vencida por homens e mercadorias, naquela sociedade essencialmente agrária e com acentuada presença militar, afora o grande contingente de índios e escravos, impôs sérios entraves à difusão de idéias na província.

As fontes disponíveis são omissas a respeito da iniciação de Murtinho no mundo letrado. Deduzimos que ele e seus dois irmãos mais velhos, José Antonio e Manoel José, provavelmente teriam aprendido as primeiras letras com a mãe, Rosa Joaquina. Isto porque as atividades de oficial cirurgião-mor do Exército desempenhada pelo pai, José Antonio, o obrigavam a constantes deslocamentos pelo interior da província, a ponto de não ter presenciado o nascimento de seu terceiro filho, por encontrar-se na fronteira do baixo Paraguai, desincumbindo-se da instalação de uma enfermaria militar (Corrêa Filho, p. 28).

Da mesma forma que o pai, seu padrinho, o Tenente-coronel Augusto Leverger, por ocupar na época, o cargo de diretor do Arsenal de Marinha, era obrigado a retirar-se da capital assiduamente. Em razão disto, o batismo de Joaquim somente ocorreria quase um ano após seu nascimento.(idem, ibidem) Acrescente-se em reforço a nossa hipótese de que teria sido alfabetizado no ambiente familiar, o fato de não terem sido encontradas, na documentação consultada, referências ao funcionamento de escolas primárias particulares em Cuiabá naquele período. Isto posto, a dedução acima apresentada é plausível, porém não exclui a possibilidade de o primeiro professor ter sido o pároco do lugar ou algum agregado ilustrado da família. Corrêa Filho menciona de passagem, que seu biografado, pouco após ter completado treze anos de idade, havia concluído os estudos no Seminário Episcopal de Cuiabá, instituição fundada pelo Bispo D. José Antonio dos Reis e, na época, o único estabelecimento de ensino secundário existente na província. O rigor do regime de internato em instituição religiosa lazarista, desde a tenra idade, ainda que amenizado pelo convívio dos irmãos mais velhos, deixou profundas marcas em seu espírito, as quais o acompanhariam pela vida adulta.

O passo seguinte foi a ida com os irmãos, José Antonio e Manoel José, para a Corte, com o intuito de prosseguirem os estudos. A versão corrente encontrada nos registros de períodos subsequentes e consagrada por seu biógrafo oficial, diz que Joaquim teria feito essa viagem, umas vezes a pé, outras vezes cavalgando um animal de tiro em companhia dos dois irmãos e mais um conterrâneo, amigo de sua família. A mesma viagem poderia ter sido feita em navio da Companhia de Navegação por Vapor do Alto Paraguai, que fazia a ligação regular entre Cuiabá e Montevidéu. O menino Joaquim e seu irmão José Antonio matricularam-se no Colégio Kopke, e mais tarde

transferiram-se para o Colégio Episcopal São Pedro de Alcantâra, mais conhecido por Colégio dos Padres Paiva.

Este estabelecimento foi fundado, em 1844, pelo Padre José Mendes em sociedade com Eusébio Pedro do Prado. Funcionou inicialmente na Rua Nova do Livramento, daí mudando-se três décadas após para o Rio Comprido e em seguida para a Praia de Botafogo. Encerrou suas atividades em torno de 1880, tendo sido sucedido no mesmo local pelo Colégio Abílio, que anos mais tarde serviria de tema para o romance *O Atheneu*, de Raul Pompéia^{vi}. Manoel José seguiu para São Paulo, onde se formou em Direito no ano de 1869. Na época da chegada dos irmãos Murtinhos, vigorava na Corte o sistema de “exames parcelados”. Os Colégios Pedro II e Militar, mantidos pelo governo imperial, eram os dois únicos estabelecimentos oficiais de ensino no Rio de Janeiro e os exames finais por eles aplicados valiam para o ingresso nas escolas superiores. Os alunos de escolas privadas ou de professores particulares deveriam prestar exames preparatórios na Inspeção Geral de Instrução para habilitar-se à inscrição nas faculdades. Em outras palavras: o ensino era livre, mas, para efeito de ingresso nos cursos universitários, somente eram aceitos os aprovados pelas bancas oficiais.

O jovem mato-grossense foi aprovado nos exames parcelados de Latim (25/11/1863), Inglês (05/12/1863), Francês (15/12/1863) e Filosofia (11/01/1865). A distância de mais de um ano entre as três aprovações iniciais e a última pode ter sido motivada por insucesso em tentativa(s) anterior(es). Como nenhum registro foi encontrado, esta observação permanece no terreno hipotético. Em 4 de fevereiro de 1865, o estudante encaminhou ao diretor da Escola Central requerimento solicitando inscrição nos exames de Gramática Portuguesa, Aritmética e Geografia^{vii}. A citada instituição e mais a Escola Militar, Escolas Preparatórias e Escolas Regimentais integravam o sistema de ensino militar do Império e eram responsáveis pela instrução teórica castrense e sua respectiva prática, portanto sujeitas ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra^{viii}.

A Escola Central dirigia-se ao ensino das Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais e à formação de militares em cursos do Estado Maior e engenheiros. (Art. 174). O título de engenheiro geógrafo era atribuído aos alunos civis que cursassem e fossem aprovados nos quatro primeiros anos, habilitados em desenho e exercícios

práticos, bem como na prática de observatório e em operações geodésicas (Art. 177). Os alunos militares que completassem as quatro séries iniciais e que tivessem obtido habilitação em desenho e em exercícios práticos faziam jus ao curso completo de Estado Maior de primeira classe (Art. 178). Engenheiros civis eram os acadêmicos que tivessem completado os seis anos de curso e conseguido habilitação em todos os exercícios práticos (Art. 179). Já para os militares bastava a conclusão do quinto ano, com aprovação em desenho e em exercícios práticos (Art. 180).

O bacharelado em Ciências Matemáticas e Físicas era atribuído aos alunos aprovados plenamente nos três anos das Escolas Central ou Militar, no quarto ano e na segunda cadeira do quinto da Escola Central, habilitados em desenho das quatro séries e aprovados em todos os exames preparatórios prescritos para ingresso nos cursos jurídicos (Art. 181). Por último, era conferido o grau de doutor aos bacharéis de Ciências Matemáticas e Físicas que, cumulativamente, fossem bacharéis em Letras ou habilitados nesta área e sustentassem tese frente à congregação desta escola (Art. 182).

Sabemos que Joaquim formalizou sua intenção de matricular-se no primeiro ano da Escola Central para seguir o curso de Engenharia Civil^{ix}. Ocorre que, na documentação consultada, não nos deparamos com qualquer indício conclusivo de que o ilustre mato-grossense tenha obtido o grau de engenheiro civil, uma vez que seu dossiê de aluno da Escola Central é omissivo a respeito do curso em que se graduou. Na ata da sessão da congregação de 4 de março de 1872, na qual foi nomeado coadjuvante interino, está qualificado como bacharel e não como engenheiro, como na época era de uso o seu emprego^x. No Arquivo do Clube de Engenharia localizamos somente os formulários de admissão de sócios efetivos, datados de 1º de outubro de 1896, em nome dos engenheiros João e Francisco, irmãos mais jovens.^{xi}

Nossa hipótese é de que o mais ilustre dos Murtinhos tenha, de início, se bacharelado em Ciências Físicas e Matemáticas, isto com base no fato de que fazem parte de seu dossiê de aluno as certidões de aprovação nos exames preparatórios de história (março de 1868), e de Retórica e Poética (fevereiro e março de 1870). A habilitação nessas matérias era exigida para ingresso nos cursos jurídicos, bem como pela Escola Central para aqueles que postulassem o grau de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Corrêa Filho assevera que Joaquim Murtinho, “em março de 1870, completou o curso da Escola Central, com distinção em Economia Política entre

várias matérias.” (p. 33). Ora, esta afirmação encerra uma contradição insolúvel: caso a data de conclusão seja correta, o que parece provável, Joaquim não poderia ter cursado aquela matéria, a qual era exclusiva do sexto ano de Engenharia. Portanto, acreditamos, que não tendo ocorrido interrupções ou reprovações, o jovem cuiabano teria concluído a sexta série somente em fins de 1870. Seu principal biógrafo, em vez de esclarecer esse ponto controverso, torna-o mais confuso, embaralhando as datas do bacharelado com o início das suas atividades docentes. Não descartamos a possibilidade de o professor de Zoologia ter se graduado em Engenharia Civil. O que questionamos é a versão dada pelos cultores de sua memória ao momento e à forma como foi obtido tal título. Os textos que versam sobre o assunto não revelam as fontes utilizadas e se constituem num círculo difícil de ser rompido.

Murtinho, como todos os estudantes de sua geração, conviveu com o surto positivista que eclodiu na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro. A primazia desta cidade na difusão de idéias decorria de sua condição de capital político administrativa, principal centro comercial portuário e elo de ligação do país com a Europa^{xii}. Além do que, na Corte estavam concentradas as bibliotecas públicas^{xiii}, as instituições de ensino médio^{xiv} e superior^{xv} e as associações culturais e científicas^{xvi}. As idéias encontraram, nas defesas de teses e de concursos e nas dissertações apresentadas às congregações das Escolas Central e Politécnica, Faculdade de Medicina, Colégio Pedro II e Escola Militar, poderosos canais de penetração na sociedade da época.

Os notáveis do positivismo não procediam da burguesia agrária, e sim eram oriundos da burguesia de comerciantes ou de burocratas de origem urbana, que ascenderam socialmente no bojo das transformações econômicas de meados de 1800^{xvii}. O movimento positivista desenvolveu-se no interior dessa burguesia composta por engenheiros, médicos e militares, os quais, por força de suas respectivas formações acadêmicas e exercício profissional, estavam em contato com as ciências positivas, onde esperavam encontrar as respostas para todos os seus problemas e inquietações, como os de ordem política e religiosa.

As manifestações de doutrina positivista no terceiro quartel do século XIX estiveram praticamente restritas às escolas superiores, em especial a Central e a de Medicina do Rio de Janeiro. Isto longe de significar que seus adeptos, aí estabelecidos, fossem maioria. Nas atividades acadêmicas prevalecia o espírito e a orientação

positivistas, cuja doutrina tendeu a aparecer de forma dominante, nos meios das Ciências Físicas e Matemáticas. Já o evolucionismo, seu virtual concorrente, predominou nos círculos das Ciências Naturais e Jurídicas. Joaquim Murinho optou pela teoria da sobrevivência dos mais aptos, talvez fascinado pelo individualismo inerente ao pensamento de Herbert Spencer.

Paralelamente a isso, Murinho cursou e doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1868-1873). Ainda quando acadêmico de Medicina aderiu à Homeopatia, após entrar em contato com as obras *Organon* e *Matéria Médica Pura*, de Samuel Hahnemann, emprestadas por um parente médico.

ⁱ Doutor em História Social pela USP. Professor da UFF e da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Laboratório de História Social da Economia, PPGH/UFF.

ⁱⁱ Virgílio Corrêa Filho. *Joaquim Murinho*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

ⁱⁱⁱ Virgílio Corrêa Filho. *À Sombra dos Hervaes Mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1925 (Monographias Cuiabanas, v. IV).

^{iv} Nícia Villela Luz. “Joaquim Murinho e o Darwinismo Econômico” in *Idéias Econômicas de Joaquim Murinho*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

^v Companhia Ferro Carril Carioca. *Questão Murinho-Casimiro*. Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio* de Rodrigues & C., 1908.

^{vi} Fundação Casa de Rui Barbosa. *Instituições Culturais. Presença em Botafogo*. Rio de Janeiro, 1988, p. 89.

^{vii} Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. “Certidão de Exame das Matérias Exigidas, como Preparatórios, para a Admissão à Matrícula nos Cursos Superiores do Império.” In: Brasil. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. Escola Central. “Dossiê do aluno Joaquim Duarte Murinho.” Arquivado na Faculdade de Engenharia da UFRJ.

^{viii} Brasil. Coleção de Leis. Decreto nº 3083 de 28/04/1863. Título I. Dos Estabelecimentos de Instrução Militar. Artigos 1º e 2º.

^{ix} Brasil. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. Escola Central. “Dossiê do aluno Joaquim Duarte Murinho.”

^x Brasil. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. Escola Central. *Livro de Registro das Atas das Sessões da Congregação da Escola Central*, 3/07/1868 a 8/05/1874. Sessão nº 3, Maço 4, 4/03/1873, p. 44-6.

^{xi} Clube de Engenharia. Proposta de Admissão de Sócio Efetivo números 70 (123) e 72 (124) em 1º/10/1896, referentes a Francisco Murinho e João [Cândido] Murinho, respectivamente.

^{xii} Ivan Lins. “O Positivismo invade a Corte”. In: *História do Positivismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 243-62.

^{xiii} Bibliotecas Nacional, Municipal, Fluminense, da Marinha, do Exército e a do Real Gabinete Português de Leitura.

^{xiv} Principais instituições de ensino médio – Colégio Pedro II, Escola Normal, Colégio Militar, Colégio São Bento, Colégio Abílio, Liceu de Artes e Ofícios, as Escolas Municipais de Santa Rita, da Glória, de São José e de São Sebastião, os Institutos dos Cegos e dos Surdos-Mudos.

^{xv} Faculdades de Medicina e Farmácia, Escolas de Engenharia, de Guerra, de Marinha e de Belas Artes.

^{xvi} Museu Nacional, Jardim Botânico, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia de Medicina, Instituto Hahnemanniano do Brasil, Instituto Politécnico Brasileiro, Instituto de Música, Sociedade Propagadora da Instrução, Instituto dos Bacharéis em Letras, Instituto dos Advogados, Clube de Engenharia, Clube Naval, Clube Militar, Clube Ginástico Português.

^{xvii} Vide: João Cruz Costa. “O Advento do Positivismo”. In: *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967, p. 123-276.